

**Foz C6a:**

**Inscrita na Pedra**

Preservação das Gravuras

História de Foz C6a

**Universidade**

Valores Simbólicos

**Notas e Comentários**

Ciência

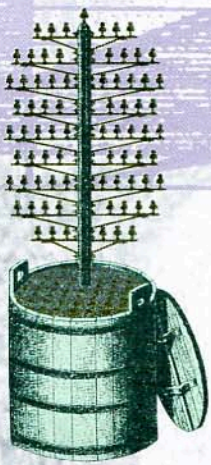
Tecnologia do Mar

Arquitetura

MicroStamps

U N I V E R S I D A D E D O P O R T O

# Boletim



## Ficha Técnica

**Director**  
Alberto Amaral,  
Reitor da Universidade do Porto

**Sub-Directora**  
Prof.ª Teresa Lago (FCUP)

**Coordenação Editorial e Redacção**  
Maria Isabel Pacheco (coordenadora)  
Paulo Gusmão Guedes (coordenador adjunto)

**Conselho editorial**  
Prof. Alexandre Alves Costa (FAUP),  
Prof. Arnaldo Saraiva (FLUP),  
Prof. Jorge Olímpio Bento (FCDEF),  
Prof. José Madureira Pinto (FEP),  
Prof. Manuel Sobrinho Simões (FMUP),  
Prof. Paulo Tavares de Castro (FEUP).

**Coordenador do número**  
Alberto Amaral

**Arranjo Gráfico**  
Incomun

**Fotografia**  
Duarte Belo; pp. 12-15, cortesia do Plano Arqueológico do Côa; p. 44, cortesia da Câmara Municipal de Matosinhos; p. 48, cortesia do Museu de Ciência da UP.

O Boletim agradece o apoio da Associação Projecto Património.  
Os desenhos de António Quadros são uma cortesia de José Forjaz.

**Colaboradores neste número**  
Agostinho Álvares Ribeiro, António Manuel Figueiredo, António M. Galopim de Carvalho, António de Sousa Pedrosa, Carlos A. Brochado de Almeida, Cesário de Matos, Francisco Ribeiro da Silva, Gaspar Martins Pereira, Joaquim Moreno, José Forjaz, José Mattoso, Jorge Figueira, Luís Aires-Barros, Luís Miguel Duarte, Maria Angeles Querol, Maria Ondina Figueiredo, Nelson Rebanda, Rui M. V. Cortes, Vitor Oliveira Jorge.

Publicação periódica  
nº 25 - Ano V, 1/Junho 1995

**Propriedade:**  
Fundação Gomes Teixeira

**Redacção:**  
Rua D. Manuel II - 4003 Porto Codex  
Telf. 6004981 (ext. 32)  
Telefax 6001724

**Registo na D.G.C.S.:** 114891  
**Depósito legal:** 41283/90

**ISSN:** 0871-7249

**Tiragem:** 7.000 exemplares

**Preço por número:** 500\$00  
**Assinatura anual (4 números):** 2.000\$00

**Execução gráfica:**  
Edições Afrontamento, Lda  
R. Costa Cabral, 859 - 4200 Porto

É proibida a reprodução de artigos, gráficos ou fotografias sem a autorização escrita do Director.

**Sumário**

- 2 **Editorial**
- Painel**  
“Foz Côa - Inscrita na Pedra”
- 5 **Côa: Cosmos ou Caos?**  
*Vitor Oliveira Jorge*
- 11 **Barragem de Vila Nova de Foz Côa**  
Os Trabalhos Arqueológicos e o Complexo de Arte Rupestre  
*Nelson Rebanda*
- 17 **Foz-Côa**  
Portugal e a gestão global da água na bacia nacional do Douro  
*A. Álvares Ribeiro*
- 21 **A Preservação das Gravuras: 2 depoimentos, 4 pareceres**  
Reflexões sobre os estudos para preservação das gravuras rupestres do Côa, *Luís Aires-Barros (21)*  
Considerações sobre a preservação das gravuras rupestres do Côa, *Maria Ondina Figueiredo (24)*  
Parecer 1, *António M. Galopim de Carvalho (25)*  
Parecer 2, *Departamento de Minas da FEUP (25)*  
Parecer 3, *Rui M. V. Cortes (26)*  
Parecer 4, *António de Sousa Pedrosa (26)*
- 27 **Fragmentos da História de Foz Côa**  
Aspectos da Idade do Ferro e da Romanização na Bacia Inferior do Rio Côa  
*Carlos A. Brochado de Almeida (27)*  
Ribacôa na Idade Média: quando o fim do mundo era ‘centro do mundo’  
*Luís Miguel Duarte (29)*  
Vila Nova de Foz Côa na Época Moderna  
*Francisco Ribeiro da Silva (30)*  
Notas para a História Contemporânea de Foz Côa  
*Gaspar Martins Pereira (33)*
- 37 **Uma Digressão Intimista e Amarga pelas Oportunidades de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro ou a Perversão Exemplar do Processo das Gravuras Rupestres do Côa**  
*António Manuel Figueiredo*
- 42 **Universidade**  
Valores Simbólicos, *José Mattoso (42)*  
La Foz del Côa, marco perfecto para un parque cultural, *M. Angeles Querol (43)*
- 44 **Notas e Comentários**  
Centro de Ciências e Tecnologias do Mar (44)  
António Quadros, Professor, *José Forjaz (46)*  
3 textos sobre António Quadros: *Jorge Figueira, Joaquim Moreno, Cesário de Matos (48)*  
MicroScapes (48)

## Ribacôa na Idade Média: quando o fim do mundo era 'centro do mundo'

Lúis Miguel Duarte

Uma das experiências que mais nos força a encarar a mudança, a relatividade dos valores, dos modelos de vida, é visitar locais que hoje são ermo e ruínas e que já foram dinâmicos pólos de povoamento ou baluartes políticos e militares cobiçados. Assim a região de Ribacôa: no centro histórico de Almeida vivem hoje cinco centenas de almas. Castelo Mendo vive numa espécie de 'fase terminal': 100 fogos, 120 habitantes, quase todos de idade avançada. Nos últimos 40 anos, o concelho de Castelo Rodrigo perdeu metade dos habitantes; na aldeia propriamente dita, há 5 casas em condições de serem habitadas.

Falamos de um espaço delimitado a oeste pelo Rio Côa, da nascente até ao Douro, a este, *grosso modo* do local em que a Ribeira de Tourões se junta ao Rio Águeda até ao ponto em que este termina igualmente no Douro. Esta 'terra de ninguém' englobava respeitáveis concelhos medievais: Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Alfaiates, Castelo Bom, Sabugal, Almeida, Vilar Maior, um misterioso Monforte que mais provavelmente foi castelo do que povoado.

A transcendência política desta zona residia na sua localização fronteiriça. Como lembra Lindley Cintra, «Riba-de-Côa constituía o ocidente da parte pertencente ao reino leonês na extensa região que, nos séculos XII-XIII, se chamava 'Extremadura', limitada, ao norte, pelo Douro, ao sul, pelas serras da cordilheira central. [...] Castelo Rodrigo pareceu destinado, em determinado momento, a rivalizar com as cidades desta região: senão talvez com a grande Salamanca, pelo menos com Alba de Tormes, Ledesma e, principalmente, com a vizinha e quase homónima Cidade Rodrigo».

Fez-se tarde o repovoamento das terras a leste do Côa, como o de toda a Extremadura do Reino Leonês. Depois de tímidas tentativas no século X, varridas pelo contra-ataque de Al-Mansur, é a reconquista de Toledo que viabiliza a continuação desse repovoamento. Ainda assim, é com os reis leoneses Fernando II e sobretudo Afonso IX (2ª metade do séc. XII-1º terço do XIII) que a faixa ocidental estremenha e, numa fase ainda mais tardia, particularmente os territórios a ocidente do Águeda, vão ser acompanhados.

O nome a fixar é este: Afonso IX, rei de Leão entre 1188 e 1230. A ele se deve a fundação dos principais concelhos de Ribacôa, bem como a concessão dos célebres *foros*.

E antes? Quando Portugal se afirma como reino independente, o Entre-Águeda-e-Côa era uma zona desolada, a bem dizer deserta. É claro que há peças essenciais do 'puzzle' que nos faltam. O que se passou após o fim do domínio romano? Houve ou não presença sueva por aqui? Sobretudo, o que levou os Visigodos a fundar o intrigante bispado de *Calabria*, com sede numa povoação provavelmente pré-romana, "*supra Dorium fluvium in vertice montis excelsi sita*" (e cuja exploração arqueológica, que está a ser estudada, poderá trazer res-



Rio Douro, próximo do Pocinho

postas de valor incalculável)? Esta Calabria, que a esmagadora maioria dos investigadores contemporâneos nem sequer situa correctamente nos seus mapas, foi perdendo habitantes e protagonismo por razões e segundo uma cronologia que hoje de todo desconhecemos. É quase certo que a dignidade episcopal se mantivesse viva com a terra já morta. Que pelo séc. XI o *calabriensis episcopus* que nos aparece a confirmar documentos régios já vivesse em Ciudad Rodrigo — até a transição chegar ao termo, com a fundação do bispado de Ciudad Rodrigo e o fim dos bispos de Calabria.

Nos anos 70 do século XII, alguns cavaleiros de Salamanca deslocam-se para Ribacôa; escolhem uma pequenina igreja, num local ermo — S. Julião do Pereiro — e aí fundam uma Ordem com o mesmo nome. Nome esse que nos diz pouco. Mas talvez nos diga algo mais se continuarmos a história: anos mais tarde, os freires serão contemplados com um magnífico castelo e mudarão o nome da Ordem, que passará a chamar-se tal como a fortaleza doada: *Alcântara*.

Bastante mais importantes para a história local foram outros religiosos: não já freires, mas ao que tudo indica monges, julga-se que vieram de Zamora, do Mosteiro de Moreruela (muito activo no repovoamento de Miranda), e terão fundado, pelo ano de 1170, o Mosteiro de Santa Maria de Aguiar. O conhecimento deste cenóbio é uma das chaves para entender a história de Ribacôa (1). Pena é que, em tempos ainda próximos, o que dele resta tenha sofrido perdas irreparáveis.

Qual é, em síntese, a especificidade desta região na Idade Média?

(1) Esse estudo está a ser feito por Jose Ignacio de la Torre Rodríguez, da Universidade de Valladolid, a frequentar o Mestrado de História Medieval da Faculdade de Letras do Porto ao abrigo do Programa Erasmus.

## Vila Nova de Foz Côa na Época Moderna

Francisco Ribeiro da Silva

### 1. As definições do espaço

Ao falarmos de Foz Côa na época moderna, impõe-se antes de mais uma primeira precisão espacial: de que território estamos a falar? É que o topónimo tanto pode designar a vila como o concelho de que ela é cabeça. Mas o concelho, na sua actual extensão de 17 freguesias, não foi criado senão no século XIX.

Na época moderna a Vila (nova) de Foz Côa constituía por si mesma e em si mesma um concelho autónomo, cujo Donatário fora o Conde de Vila Nova de Portimão. Não sabemos quando é que a jurisdição passou de novo para a Coroa, mas seguramente transitara muito antes de 1758, de acordo com o testemunho da *Memória Paroquial*. Não obstante a sua população maior não ultrapassar naquela data as 1413 pessoas, como concelho perfeito que era dispunha de 2 Juizes Ordinários, de 2 Vereadores, de Procurador do Concelho, de Escrivão da Câmara, de 2 Almotacés, de 2 Tabeliães, de Alcaide, de Capitão-Mor, de Sargento-Mor e de dois Capitães de Ordenança com as respectivas Companhias. E nos tempos em que fôra Donataria tivera direito a Ouvidor.

Só por si, esta opulência institucional era sinal da magnificência da terra. Outros indicadores confirmavam e reforçavam tal aparência: a igreja manuelina com seu magnífico portal e colunas sumptuosas, o pelourinho da mesma época, rico de adornos esculpidos no granito, várias capelas de que zelavam em compita os diferentes grupos profissionais, a torre granítica de 15 metros encimada pelo relógio da vila, as duas estalagens do Painho e da Farrapa, as duas grandes feiras anuais que se estendiam pelo Campo da Feira nas datas fixas de 8 de Maio e de 29 de Setembro.

Mas os sinais de decadência (seriam apenas de desleixo?) já se notavam nos meados do século XVIII: as antigas muralhas gravemente danificadas e até parcialmente arruinadas. Por outro lado, comparando o número de fogos apontado por Pinho Leal para 1708 (560) com a cifra do Padre Esteves Pereira na sua *Memória Paroquial* de 1758 (571), a demografia fozcoense praticamente estagnara neste meio século durante o qual, no seu conjunto, o país crescera substancialmente.

Mas, se nos tempos modernos Vila Nova de Foz Côa constituía por si só um concelho, no século passado a sua área municipal foi alargada, espalhando-se por 17 freguesias. Por isso, hoje em dia, o discurso sobre esta terra não se esgota nos limites da vila mas deve integrar a totalidade da circunscrição.

Sendo assim, devemos começar por lembrar que a maior parte das freguesias pertenceram outrora ao concelho de Freixo de



Rio Côa, próximo do sítio da Penascosa (Castelo Melhor)

O facto de ter sido uma zona de fronteira entre um reino de Portugal que, do outro lado, só tinha o mar, e um Reino de Leão que, a leste, estava sufocado pelo poderoso Reino de Castela (e a sul pelos muçulmanos). Toda a actividade político-militar, toda a organização social, toda a ocupação do espaço se faz de acordo com essa condicionante. Quer Portugal quer Leão investirão fortemente na criação de núcleos de povoamento, que logo dotarão de diplomas 'estruturantes' (no nosso caso, são os chamados *concelhos longos*). A fundação do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar pelos 'monges de D. Afonso Henriques', os cistercienses (se tal origem se comprovar definitivamente), é outro exemplo dessa política. Como os frequentes 'topónimos antropónimos', isto é, nomes de terras com nomes de homens, os cavaleiros que o rei mandou para povoar e organizar a terra (Ciudad Rodrigo, por exemplo). A intensa intervenção da Coroa portuguesa neste território de pertença incerta facilitou que, aproveitando divisões sérias no adversário, D. Dinis o integrasse definitivamente no seu Reino, pelo Tratado de Alcañices, de 1297. Excelente aquisição para o tempo. Hoje, aldeias semi-desertas de velhos, que programas comunitários tentam, com êxito problemático, reanimar. Terras do fim do mundo.

Porto, Abril de 1995

O autor é Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador da Linha de Investigação em História Medieval do GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (JNICT/FLUP).